



Especial

Saneamento

Pingua Fogo



JORNAL DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO MARANHÃO - JUNHO 2024

Governo do Maranhão assina contrato milionário com o BNDES para privatizar o saneamento



A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão publicou no Diário Oficial do Estado, em 30/11/2023, a resenha do Contrato de Estruturação de Projeto nº 23.2.026 3.1. Processo nº 144157/ 2023–SEPLAN, firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujo objeto é **“a prestação de serviços técnicos especializados para a estruturação de projeto visando a universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, prestados em 214 (duzentos e quatorze) municípios localizados no Estado do Maranhão”**.

Como desdobramento, em março/2024, o BNDES pactuou Contrato de Prestação de Serviços com o Consórcio EY/Manesco/Encibra/Saneares, liderado pela empresa Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda, para o tal estudo de modelagem, objeto do contrato com o Governo do Maranhão.

O referido contrato prevê duas fases. A primeira se refere ao primeiro estágio de estruturação do projeto, com **objetivo de levantar e gerar informações para elaboração de relatório e para a decisão sobre modelo de negócios**; a segunda fase, com diferentes estágios, tem o objetivo de concluir a formatação do projeto contratado, **incluindo o apoio para preparação e execução do processo licitatório para a delegação dos serviços**.

Importante esclarecer que **decisão sobre Modelo de Negócios significa decisão sobre o meio pelo qual os serviços podem ser prestados aos usuários** - desde concessão comum até parceria público-privada (PPP), passando por sub-concessão e sub-delegação, se efetivando através de um ou mais contratos, podendo dividir os municípios em diferentes “lotes” de contratação, já fazendo alusão às microrregiões do saneamento.

O tal Contrato pode custar cerca de R\$ 16 milhões de reais, sangrando expressiva quantia dos cofres públicos do Estado com objetivo claro de oferecer os serviços de saneamento à iniciativa privada.

O consórcio contratado deve produzir Relatório de Avaliação Técnico-Operacional e Socioambiental, Relatório de Projeto conceitual de Engenharia; Relatório de Avaliação Econômico-Financeira; **Relatório para Decisão de Modelo de Negócios**; Plano de Atuação para a Caema; **Relatório de Value for Money (Custo-Benefício)**; Minutas de documentos e anexos técnicos, dentre outros. O Contrato prevê até relatório de 'roadshow', que é uma **estratégia de marketing na forma de evento itinerante para “vender” produtos e serviços em diferentes regiões**.

O levantamento acerca das populações e serviços de água e esgoto no Estado já foi iniciado com o apoio da Caema, que está disponibilizando recursos humanos, materiais e financeiros para tal.

O contrato pode sangrar cerca de **R\$ 16 milhões** dos cofres públicos

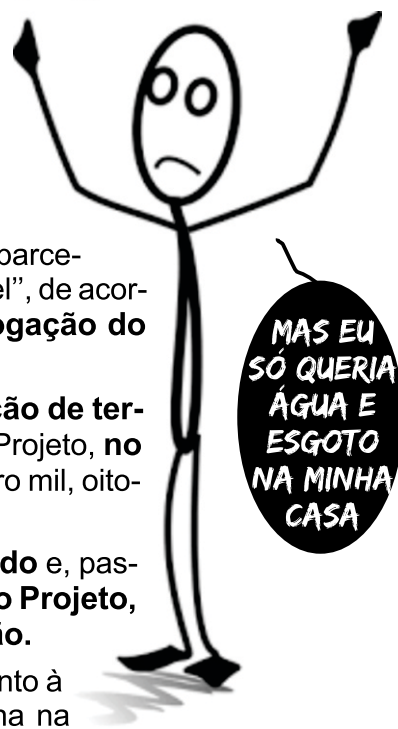
O contrato firmado pelo Governo do Maranhão prevê o pagamento de uma parcela fixa no valor de 3 milhões e 200 mil reais, e de uma “parcela adicional variável”, de acordo com fórmula e tabela previstos no documento. **O resultado da homologação do contrato do BNDES já registra valor acima de R\$ 5 milhões e meio.**

O contrato prevê ainda o ressarcimento do BNDES com a contratação de terceiros na “prestação dos serviços técnicos necessários para elaboração do Projeto, no valor máximo de R\$ 9.724.852,60 (nove milhões, setecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)”.

Resumindo, **o contrato pode custar cerca de R\$ 16 milhões ao Estado e, pasmem, prevê também uma inusitada indenização em caso de insucesso do Projeto, no valor equivalente a 1 milhão e 600 mil reais, a ser paga pelo Maranhão.**

O povo maranhense vai pagar caro para oferecer os serviços de saneamento à iniciativa privada, quando o Estado poderia investir diretamente essa fortuna na ampliação e melhoria dos serviços. Podemos pagar duplamente caro, porque, se os serviços forem privatizados, a conta vai aumentar e o serviço não deve melhorar.

MÃOS AO ALTO!



MARANHÃO OU GOIÁS? POUCO IMPORTA, A MERCADORIA É A MESMA

Nos documentos divulgados no site do BNDES, relativos ao contrato com o Estado do Maranhão, em vários momentos, em vez de Maranhão consta Goiás. Logo no primeiro documento constante do rol do processo de contratação verifica-se “tem por objeto a contratação de serviços relativos ao “esgotamento sanitário nos municípios do Estado de Goiás”. O “equivoco” se repete no Anexo III – Matriz de Riscos e em outros trechos.

O erro, que parece bobo, pode trazer problemas jurídicos e prejuízos ao Maranhão e revela que o “copia e cola” vem funcionando para agilizar, sem o devido cuidado, o processo de “leilão” dos serviços de saneamento em diferentes estados. Sabe-se que o BNDES já assinou contrato com Maranhão, Pará e Goiás para os tais estudos de modelagem visando privatizar o saneamento.



SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO MARANHÃO

Sede-São Luís:

Av. Getúlio Vargas, 1998 - Monte Castelo
São Luís/MA - CEP 65020-300
Contato Recepção: (98) 98413 3119
Contato Jornalismo: (98) 98413 1289

Sub-sede Imperatriz:

Rua Leônicio Pires Dourado, 1313 - Bacuri
Imperatriz/MA - CEP 65901-020
Telefax(098) 3525-3275

Você nos encontra também em:

www.urbanitarios.org.br (site)
stiuma@uol.com.br (email)
@urbanitarios_ma (instagram)
stiuma_urbanitarios (facebook)
urbanitarios_ma (X)

Redação/Edição/Edit. Eletrônica:

Aracéa Carvalho (com contribuições de Suely Gonçalves e Guilherme Zagallo)

Pinga Fogo

Recorte de um dos vários documentos que se referem ao Estado de Goiás em vez do contratante Maranhão

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras
	Projeto - Estado de Goiás		Diligência da

Estudo tem clara intenção privatista

É ESSE O PAPEL DO BNDES NO GOVERNO LULA?

A necessidade de ampliar e melhorar os serviços de água e esgoto para a população e cumprir a meta de universalização do novo Marco Regulatório serve, mais uma vez, de desculpa para iniciar um processo de privatização dos serviços de saneamento.

O Stiu-Ma defende a necessidade de universalização dos serviços, porque entende que saneamento é direito básico de todo cidadão, mas reafirmamos que o caminho para alcançar as metas não é a privatização. Água é direito humano fundamental, responsabilidade do poder público, não pode virar objeto de lucro.

A intenção do contrato firmado com o BNDES é claramente privatista. Ele pode ser acessado na aba do site do Banco intitulada “Transparência/Desestatização/ Projetos em Andamento”. Um de seus objetos centrais é apontar um “Modelo de Negócios”, onde, por várias



vezes, cita-se processos licitatórios, lotes a serem oferecidos para contratação e até “roadshow”, um nome estrangeiro pra nomear eventos itinerantes de venda de produto ou serviço.

Diferente do que a diretoria da Caema afirma, o Governo do Maranhão, na surdina, prepara o terreno para colocar os serviços de saneamento na prateleira do mercado, ao mesmo tempo que, há

meses, se esquia de dialogar com o Sindicato sobre a importância de avançar no processo da regionalização do saneamento, com fortalecimento do papel da Caema e do Estado.

É preciso questionar também o papel do Governo Federal. Primeiro Bolsonaro aprova um novo Marco Regulatório que oportuniza tudo isso, inviabilizando as empresas estaduais públicas e praticamente impondo a privatização dos serviços. Depois, no Governo Lula, o BNDES continua cumprindo o papel de instrumento da privatização do saneamento, quando deveria estar cumprindo sua missão de instituição pública que promove o Desenvolvimento Econômico e Social do país.

Não seria grande contradição promover o desenvolvimento social do país privatizando um bem essencial à vida e à saúde da população? Sem falar de economia...

Quem tem medo do debate sobre saneamento?

Contrato é pactuado à revelia da sociedade, dos trabalhadores e especialistas em saneamento

A postura cada vez mais autoritária do Governo Brandão e sua visível aliança com os setores da elite, do empresariado, mantêm as portas fechadas para o bom debate.

Mais uma vez, o Governo do Estado não dialoga com os principais atores do setor de saneamento. Não busca os especialistas no assunto, não dialoga com as universidades, não escuta os trabalhadores e técnicos do setor, não pauta o assunto no Conselho Estadual das Cidades e nem mesmo a Secid – onde está alocada a política estadual de saneamento – participa do processo, completamente coordenado pela Seplan, conforme explicitado na Portaria nº 28, de 25 de março de 2024, onde gestão e fiscalização do contrato compete à SEPLAN.

A Portaria nº 34, de 09 de abril de 2024, inclui servidores da CAEMA na Comissão de Fiscalização Técnica e como apoio na Comissão de Gestão.

Pergunta-se: qual o papel da Secid nesse processo? Por que foi totalmente excluída? E por que os SAAE's são igualmente excluídos de todo o processo, sem representação sequer nesta Comissão?

Governo do Estado e Caema desrespeitam, inclusive, a cláusula 75 do Acordo Coletivo de Trabalho vigente que determina que o StiuMa, enquanto representante dos trabalhadores, “será convidado a participar quando da elaboração de estudos sobre Modelagem dos Serviços de Saneamento Básico no Maranhão, contratados pelo Governo do Estado”.

O que se vê, no entanto, é um contrato milionário sendo executado à revelia das representações do povo do Maranhão e dos trabalhadores e especialistas locais do saneamento. Mesmo o órgão estadual responsável pela política de saneamento e o Conselho de Direitos que abarca essa política estão à margem de todo o processo já em curso.



Os desafios precisam ser enfrentados Mas esse é o caminho?

É, no mínimo, estranho que o Estado pague tão caro por um estudo de modelagem, mas alegue não ter dinheiro para investir na política de saneamento.

São mais de R\$ 5 milhões de reais já comprometidos e mais alguns milhões a serem investidos, podendo chegar a cerca de R\$ 16 milhões de gastos com o estudo.

Não é pouco dinheiro. Com 'muuuuito' menos, a Caema teria contratado uma consultoria, que já havia sido proposta pelo StiuMa, para orientar sua reestruturação e apontar soluções para o problema que interessa a todos nós: ampliar e melhorar os serviços de saneamento prestados ao povo do Maranhão até sua universalização.

Todo trabalho poderia ser feito de forma participativa, dialogando com os diversos atores interessados, já envolvendo as autarquias microrregionais, os municípios e

seus serviços autônomos de saneamento.

No mais, o novo PAC está disponibilizando os investimentos necessários para os serviços que precisam ser executados no setor, dinheiro que poderia ser usado pelos gestores públicos para fazer o que precisa ser feito.

Soma-se a tudo isso, a necessidade de discutir a gestão, não apenas da Caema, mas da política de saneamento do Estado, que precisa dar conta de todos os desafios postos, inclusive da regionalização do saneamento.

O governo aprovou os Regimentos Internos Provisórios das Microrregiões, através do Decreto nº 38.993, de 19 de abril de 2024, no entanto, até o momento, não sinalizou sobre a respectiva implantação das mesmas.

Todos esses desafios não podem e não devem ser enfrenta-



dos sem a Companhia de Saneamento Estadual que, apesar de todas as dificuldades, protagonizou todos os investimentos e projetos mais importantes de saneamento do Maranhão, sendo responsável pelo abastecimento de mais da metade da população do Estado, assim como não se pode prescindir da participação da sociedade através de suas organizações sociais, inclusive do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão.

Mas Governo do Estado e Governo Federal, através do BNDES, preferem ir na contramão do caminho para solução efetiva dos problemas do saneamento.

Muita gente diz que o serviço melhora quando privatiza. É mentira. Na realidade, o enredo é outro. Se liga ↓

PRIVATIZAÇÃO É CILADA!

- O Estado alega que não tem dinheiro para cumprir as metas de universalizar, por isso precisa da iniciativa privada...
- Paralelamente, a Empresa Pública de Saneamento, que cumpre papel social importante, é sucateada e desmoralizada por uma má gestão, até que se cria o ambiente para a privatização.
- Privatização que, quase sempre, é feita de forma fraudulenta, beneficiando certos grupos econômicos, e com dinheiro público, através de empréstimos, às vezes, junto ao próprio BNDES.
- Leiloados os serviços, os resultados logo aparecem: aumento de tarifa, prestação de serviços piora sem os investimentos prometidos, demissão de trabalhadores com exploração dos que ficam...
- Então, começam as chantagens para "mamar" mais dinheiro público. A empresa privada pega mais dinheiro do BNDES alegando que só assim pode universalizar os serviços, mas quando a fonte seca, admite que não consegue universalizar, nem cumprir o que prometeu e abandona áreas menos rentáveis.

- Resultado: a empresa privada fica com o filé e o poder público tem que reassumir os demais municípios, normalmente áreas rurais e as que concentram populações em situações mais vulneráveis.
- Os exemplos confirmam isso. Entre os anos 2000 e 2020, 312 cidades em 36 países reestatizaram o tratamento de água e esgoto após piora no serviço e preços abusivos. Entre elas, Paris (França), Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina) e La Paz (Bolívia).
- No Brasil, Manaus (Amazonas), depois de 20 anos de serviços privatizados, está entre as dez piores cidades em coleta de esgoto. Enquanto isso, a empresa privada que comprou os serviços apresentou crescimento de 51% na receita líquida em 2019, atingindo R\$ 518,3 milhões só no 1º trimestre.
- Em Tocantins, o saneamento foi privatizado no fim da década de 1990. Levantamento feito pelo IBGE, depois de anos de privatização, apontou que 70% dos tocantinenses vivem sem os serviços de saneamento básico. Nos anos 2010, o Governo teve que criar uma nova autarquia para reassumir mais da metade dos municípios. A empresa privada segue responsável por 47 cidades tocantinenses, as maiores e mais rentáveis, incluindo a capital Palmas.

É sempre cilada. Não caia nessa. Denuncie!